

CARES - Companhia de Seguros, S.A.

Relatório e Contas 2008

Índice

- 3 Órgãos Sociais
- 4 Relatório do Conselho de Administração
- 8 Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008
- 14 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008
- 65 Inventário de Títulos e Participações Financeiras
- 70 Relatório e Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal de Contas

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral*Presidente
SecretárioJosé Filipe de Sousa Meira
Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração*

Presidente

CAIXA SEGUROS, S.G.P.S., S.A., que nomeou
para exercer o cargo em nome próprio,
Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho

Vogais

Nuno de Vasconcelos e Sousa Lino
Fernando Augusto Ferreira Santos

Fiscal Único*

Efectivo

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por

Suplente

João Carlos Henriques Gomes Ferreira, R.O.C.
Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, R.O.C.

* Eleitos em 28 de Março de 2008

1. Relatório do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da CARES – Companhia de Seguros S.A., vem apresentar a V. Exa. o relatório e contas do exercício de 2008.

Actividade

No ano de 2008 a Companhia manteve o crescimento do seu volume de negócios. O montante dos prémios líquidos de resseguro ascendeu a 43.052 milhares de Euros o que representa um crescimento da ordem dos 8% em relação ao exercício anterior.

No ramo de Assistência Viagem verificou-se um reduzido crescimento da frequência. Já o custo médio registou um importante agravamento em consequência principalmente do aumento do preço do barril de crude registado no ano em análise. De facto, na sinistralidade da Assistência em Viagem assume grande relevância a prestação de serviços de reboque a ela correspondendo uma parte importante dos respectivos custos. Por sua vez, na estrutura de custos das empresas que prestam estes serviços, é muito significativo o custo com o consumo de combustível. Em consequência de sucessivos aumentos dos preços do combustível registados em grande parte do ano de 2008, que originaram inclusive paralisações generalizadas no sector dos transportes amplamente noticiados na comunicação social, houve necessidade de negociar ajustamentos dos preços destes serviços daí resultando um importante impacte no custo médio deste ramo.

O número total de processos abertos com seguimento dos dois ramos explorados pela CARES, Assistência e Protecção Jurídica, ascendeu em 2008 a mais de 315 mil.

Recursos Humanos e tecnológicos

Manteve-se no decurso do ano de 2008 a preocupação de investir na formação do quadro de pessoal e na melhoria dos recursos tecnológicos, nomeadamente no domínio da informática e das comunicações.

Provisões

Num ano caracterizado por uma acentuada crise nos mercados financeiros com evidentes sinais de desaceleração da actividade económica, justifica-se ainda mais a política de prudência a nível do provisionamento, assim se procurando evitar que eventuais desvios do normal comportamento da sinistralidade ponham em causa o natural desenvolvimento da actividade da companhia. A política adoptada para o cálculo do provisionamento quer no que se refere à provisão para sinistros quer para prémios não adquiridos foi neste ano de 2008 muito conservadora.

Segurança Social

De acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração declara que a sociedade não tem dívidas vencidas perante a Segurança Social.

Agradecimentos

O Conselho de Administração quer deixar expressos os seus agradecimentos:

- Aos clientes e fornecedores pelo apoio constantemente recebido.
- A todos os colaboradores que, com dedicação e profissionalismo, têm contribuído para o desenvolvimento da companhia.
- Aos Accionistas pelo apoio concedido ao longo do exercício.

Resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que os resultados positivos apurados no valor de 430.754,68 Euros tenham a seguinte aplicação:

Reserva legal: 43,075.47 Euros, ficando o remanescente à disposição dos Senhores Accionistas.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2009

O Conselho de Administração

Presidente

Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho

Vogais

Nuno de Vasconcelos e Sousa Lino

Fernando Augusto Ferreira Santos

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Relação dos accionistas que em 31.12.2008 detinham pelo menos 1/10 do Capital Social:
(Artigo 448, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais)

Caixa Seguros. SGPS, S.A.	1 500 000 acções
---------------------------	------------------

Ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização em 31.12.2008:
(Artigo 447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais)

Não existem

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Informação a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros nº 155/2005, de 06 de Outubro:

(Milhares de Euros)

	Conselho de Administração	
	Presidente	Vogais
Número de membros	1	2
Remunerações principais	-	180,6
Remunerações acessórias	-	30
Encargos com previdência	-	39,7
Encargos com plano complementar de reforma	-	4,1
TOTAL		254,4

O Conselho de Administração

Presidente

Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho

Vogais

Nuno de Vasconcelos e Sousa Lino

Fernando Augusto Ferreira Santos

2. Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2008

Balanças em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Valores em Euros)

Notas de Anexo	Balanço	31.12.2008			31.12.2007 (Pró-forma)
		Valor bruto	Imparidade/ depreciações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ACTIVO				
8	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14 707 370	-	14 707 370	6 116 326
7	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	429 386	-	429 386	429 386
	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
6	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	432 567	-	432 567	428 186
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
6	Activos disponíveis para venda	22 673 169	(174 755)	22 498 414	30 724 714
	Empréstimos e contas a receber				
38	Depósitos junto de empresas cedentes	1 110 814	-	1 110 814	1 039 052
	Outros depósitos	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
9	Terrenos e edifícios de rendimento	740 000	-	740 000	720 000
10	Outros activos tangíveis	826 140	(690 353)	135 787	217 147
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
12	Outros activos intangíveis	174 789	(150 698)	24 091	51 119
	Provisões técnicas de resseguro cedido				
	Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	-	-	-	-
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
39	Contas a receber por operações de seguro directo	81 919	-	81 919	112 142
39	Contas a receber por outras operações de resseguro	6 431 507	-	6 431 507	6 183 433
39	Contas a receber por outras operações	2 118 451	-	2 118 451	60 101
	Activos por impostos				
24	Activos por impostos correntes	8 978	-	8 978	8 978
24	Activos por impostos diferidos	608 967	-	608 967	176 852
40	Acréscimos e diferimentos	105 140	-	105 140	75 202
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	TOTAL DO ACTIVO	50 449 197	(1 015 806)	49 433 391	46 342 638

Balanças em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Valores em Euros)

Notas de Anexo	Balço	31.12.2008	31.12.2007 (Pró-forma)
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas		
4	Provisão para prémios não adquiridos	18,128,860	15,900,750
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros		
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
4	De outros ramos	18,546,821	13,722,902
4	Provisão para participação nos resultados	66,479	57,710
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
4	Provisão para riscos em curso	441	1,037
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	167,556	-
	Outros credores por operações de seguros e outras operações		
41	Contas a pagar por operações de seguro directo	468	9,673
41	Contas a pagar por outras operações de resseguro	9,137	2,418
41	Contas a pagar por outras operações	363,205	431,516
	Passivos por impostos		
24	Passivos por impostos correntes	508,737	1,109,574
24	Passivos por impostos diferidos	30,729	69,961
40	Acréscimos e diferimentos	529,690	550,167
13	Outras provisões	471,179	593,342
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL DO PASSIVO	38,823,302	32,449,050
	CAPITAL PRÓPRIO		
25	Capital	7,500,000	7,500,000
	(Acções Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
26	Reservas de reavaliação		
26	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	(1,639,786)	2,538
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
26	Reserva por impostos diferidos	430,040	1,970
26	Outras reservas	3,558,612	2,537,798
26	Resultados transitados	330,468	320,705
26	Resultado do exercício	430,755	3,530,577
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	10,610,089	13,893,588
	TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	49,433,391	46,342,638

Conta de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Valores em Euros)

Notas de Anexo	Contas de Ganhos e Perdas	31.12.2008			Total	31.12.2007 (Pró-forma)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
	Prémios emitidos líquidos de resseguro					
14	Prémios brutos emitidos	-	45,356,346	-	45,356,346	43,066,917
14	Prémios de resseguro cedido	-	(60,836)	-	(60,836)	(32,694)
14	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	(2,243,194)	-	(2,243,194)	(3,332,381)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	-	-	-	-
	Comissões de contratos de seguro e operações considerado para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro					
	Montantes pagos					
4	Montantes brutos	-	(34,552,980)	-	(34,552,980)	(32,580,403)
4	Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-
	Provisão para sinistros (variação)					
4	Montante bruto	-	(4,823,919)	-	(4,823,919)	(1,763,449)
4	Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	595	-	595	3,155
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-	-	-	-	-
	Montante bruto	-	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-
4	Participação nos resultados, líquida de resseguro	-	(1,378,996)	-	(1,378,996)	(1,682,423)
	Custos e gastos de exploração líquidos					
	Custos de aquisição	-	(425,819)	-	(425,819)	(426,621)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	-	15,083	-	15,083	64,681
	Gastos administrativos	-	(336,241)	-	(336,241)	(331,504)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	244	-	244	131
	Rendimentos					
16	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	1,454,862	270,558	1,725,420	1,342,233
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
16	Outros	-	41,936	-	41,936	437,500
	Gastos financeiros					
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	-	(20,017)	-	(20,017)	(20,811)
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
17	De activos disponíveis para venda	-	(2,098,398)	(10,779)	(2,109,177)	(192,803)
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas					
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
18	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(228,980)	-	(228,980)	(79,294)
19	Diferenças de câmbio	-	(17,132)	-	(17,132)	-
9, 18	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	20,000	-	20,000	84,000
	Perdas de imparidade (líquidas de reversões)					
6, 18	De activos disponíveis para venda	-	(174,755)	-	(174,755)	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-
13	Outras provisões (variação)	-	-	27,108	27,108	(21,000)
	Outros rendimentos/gastos	-	-	42,714	42,714	6,691
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	-	527,799	329,601	857,400	4,541,925
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	(469,922)	(469,922)	(972,458)
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	43,277	43,277	(38,890)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	527,799	(97,044)	430,755	3,530,577

Demonstrações de Variações do Capital Próprio nos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação			Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total	
			Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal				Outras reservas
35	Saldos em 31 de Dezembro de 2006	7,500,000	750,681	(55,142)	117,023	(69,048)	600,726	1,643,719	-	2,957,909	13,445,868
35	Alterações de políticas contabilísticas (IAS 8)	-	(750,681)	57,680	(117,023)	71,018	-	(2,438)	158,587	-	(582,857)
35	Saldos em 01 de Janeiro de 2007 (pró-forma)	7,500,000	-	2,538	-	1,970	600,726	1,641,281	158,587	2,957,909	12,863,011
26	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	295,791	-	162,118	(457,909)	-
26	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2,500,000)	(2,500,000)
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	3,530,577	3,530,577
35	Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (pró-forma)	7,500,000	-	2,538	-	1,970	896,517	1,641,281	320,705	3,530,577	13,893,588
	empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(1,642,324)	-	-	-	-	-	-	(1,642,324)
26	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	428,070	-	-	-	-	428,070
26	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	352,081	668,733	9,763	(1,030,577)	-
26	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2,500,000)	(2,500,000)
	Total das variações do capital próprio	7,500,000	-	(1,639,786)	-	430,040	1,248,598	2,310,014	330,468	-	10,179,334
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	430,755	430,755
	Saldos em 31 de Dezembro de 2008	7,500,000	-	(1,639,786)	-	430,040	1,248,598	2,310,014	330,468	430,755	10,610,089

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Valores em Euros)

	2008	2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	430,755	3,530,577
Amortizações	110,252	174,115
Variação de provisões	7,105,596	5,020,233
Resultados financeiros	762,705	(1,570,823)
Ganhos na alienação de imobilizações	(18,228)	(7,685)
Perdas na alienação de imobilizações	-	-
(Aumento)/Diminuição das dívidas de terceiros	(2,276,200)	(1,867,770)
(Aumento)/Diminuição das existências	-	-
Aumento/(Diminuição) das dívidas a terceiros	(671,634)	(297,542)
(Aumento)/Diminuição dos custos diferidos	1,650	(16,981)
Aumento/(Diminuição) dos proveitos diferidos	200	300
(Aumento)/Diminuição dos acréscimos de proveitos	(31,589)	390,740
Aumento/(Diminuição) dos acréscimos de custos	(20,677)	171,840
Aumento/(Diminuição) dos impostos diferidos	(43,277)	46,749
Fluxos das actividades operacionais (1)	5,349,554	5,573,753
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	6,487,831	
Imobilizações corpóreas	36,480	18,211
Imobilizações incorpóreas		
Empréstimos concedidos		
Subsídios ao investimento		
Juros e proveitos similares	1,638,312	1,745,806
Dividendos	149,044	516,318
	8,311,668	2,280,334
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		974,328
Imobilizações corpóreas	20,116	128,492
Imobilizações incorpóreas		
Empréstimos concedidos		
Fluxos das actividades de investimento (2)	20,116	1,102,821
	8,291,552	1,177,514
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		
Subsídios e doações		
Venda de acções (quotas) próprias		
Cobertura de prejuízos		
	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos		
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	2,550,062	691,301
Dividendos	2,500,000	2,500,000
Reduções de capital e prestações suplementares		
Aquisição de acções (quotas) próprias		
Fluxos das actividades de financiamento (3)	5,050,062	3,191,301
	(5,050,062)	(3,191,301)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	8,591,044	3,559,966
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	6,116,326	2,556,359
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14,707,370	6,116,326

3. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008

1. Constituição e Actividade

A CARES - Companhia de Seguros, S.A. (Companhia ou Cares) foi constituída em 16 de Março de 1995 com a denominação social de “Companhia de Seguros Tagus – Seguros de Assistência, S.A.”, alterada para “CARES – Companhia de Seguros de Assistência, S.A.” em 31 de Março de 1998. Posteriormente a denominação social foi alterada para a actual.

A Companhia pessoa colectiva n.º 503.411.515 matriculada na Conservatória do Registo Comercial sobre o mesmo número tem sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa n.º 13, 7º andar.

A Companhia tem como objecto social o exercício da actividade de seguros nos ramos de Assistência e Protecção Jurídica, para a qual obteve as devidas autorizações do Instituto de Seguros de Portugal (“ISP”).

Conforme indicado na Nota 25, a Companhia é integralmente detida pela Caixa Seguros, SGPS, S.A. (entidade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos) e, conseqüentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2008 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Janeiro de 2009 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto o Conselho de Administração da Companhia admite que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. Informação por Segmentos

Nos exercícios de 2008 e 2007 todos os prémios brutos emitidos são provenientes de contratos celebrados em Portugal.

Nos exercícios de 2008 e 2007 a distribuição dos resultados por linhas de negócio é a seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	2008		
	Ramos Não Vida		
	Diversos		Total
Protecção Jurídica	Assistência		
Prémios brutos emitidos	5 233 897	40 122 449	45 356 346
Prémios de resseguro cedido	(14)	(60 822)	(60 836)
Prémios brutos adquiridos	5 160 491	37 952 661	43 113 152
Resultado dos investimentos	(223 762)	(781 591)	(1 005 353)
Custos com sinistros brutos	2 214 412	37 162 487	39 376 899
Custos de exploração brutos	110 890	636 086	746 976
Resultado técnico			527 799
Provisões técnicas	8 233 470	28 509 131	36 742 601

(Valores em Euros)

Rubricas	2007		
	Ramos Não Vida		
	Diversos		Total
Protecção Jurídica	Assistência		
Prémios brutos emitidos	5 455 892	37 611 025	43 066 917
Prémios de resseguro cedido	-	(32 694)	(32 694)
Prémios brutos adquiridos	5 306 793	34 427 743	39 734 536
Resultado dos investimentos	237 767	731 914	969 681
Custos com sinistros brutos	2 053 693	32 290 159	34 343 852
Custos de exploração brutos	107 009	586 435	693 444
Resultado técnico			3 831 253
Provisões técnicas	7 217 545	22 464 854	29 682 399

3. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), aprovado pela Norma nº 4/2007 – R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007- R, de 31 de Dezembro do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2008 são as primeiras apresentadas pela Companhia de acordo com o novo PCEs. Deste modo, tal como definido na Norma “IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro” (IFRS 1), foram utilizadas as Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2008. Até 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma nº 7/94, de 27 de Abril, do ISP, e com outras disposições desta entidade.

Na Nota 35 é apresentado o impacto da adopção das IFRS nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e para o exercício então findo, apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), as quais foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2008.

3.1. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transacções que lhes estão subjacentes, independentemente do momento em que se efectuam as cobranças e os pagamentos.

Dado que os prémios são registados como proveitos no momento da emissão ou renovação das respectivas apólices e os sinistros quando são participados pelos segurados, é necessário efectuar certas periodificações de proveitos e custos. Estas periodificações afectam, basicamente, as seguintes rubricas:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objectivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguros.

No caso do seguro directo é determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método “Pró-rata temporis” aos prémios brutos emitidos.

No caso do resseguro aceite, para os contratos cujas apólices têm duração anual, é determinada por aplicação do método “pró-rata” aos prémios brutos recebidos. Nos restantes casos de resseguro aceite, é determinada de acordo com as condições específicas dos respectivos contratos.

A aplicação do método “pró-rata” para os contratos de resseguro aceite com as companhias de seguros pertencentes ao Grupo Caixa Geral de Depósitos (Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. e Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.) é efectuada de forma agregada para os prémios mensais recebidos para cada produto.

A Companhia difere os custos de aquisição, os quais não poderão exceder o limite máximo de 20% da provisão para prémios não adquiridos apurada em cada ramo definido pelo ISP.

ii) Provisão para riscos em curso

Destina-se a fazer face às situações em que os prémios processados não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada para o seguro directo e para o resseguro aceite, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, de acordo com o definido pelo ISP.

iii) Provisão para sinistros

Reflecte a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros ocorridos e não declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

O cálculo da provisão para sinistros declarados é efectuado através do método do custo médio, considerando uma margem de prudência, sendo deduzido ao valor das responsabilidades apuradas o montante dos custos já pagos relativamente a esses sinistros.

A provisão para sinistros ocorridos e não declarados (IBNR) é constituída com base em elementos estatísticos referentes à actividade da Companhia.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em aberto no final do exercício, acrescido da estimativa de sinistros IBNR.

iv) Provisão para participação nos resultados

Reflecte a compensação financeira a pagar às companhias cedentes a título de participação nos resultados, sendo calculada por aplicação de uma percentagem, definida contratualmente, ao saldo positivo dos prémios de resseguro anuais líquidos da provisão para prémios não adquiridos e das indemnizações suportadas acrescidas da provisão para sinistros.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido reflecte a quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e é calculada para os contratos em vigor pela aplicação da percentagem global que representam os prémios de retrocessão no total de prémios de seguro directo e resseguro aceite pela Companhia, ao valor da provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro aceite.

b) Investimentos em filiais

As filiais são registadas pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso que é:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	1 - 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outro equipamento	8

d) Instrumentos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“Fair Value Option”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação – por ajustamentos no justo valor de activos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversões), respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos - Outros”, quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

iii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui depósitos em instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão do Grupo onde a Companhia se insere, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados

na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

e) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.1. d) ii), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões)”.

De acordo com a Norma IAS 39 estão previstos os seguintes indícios específicos para imparidade de instrumentos de dívida:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Grupo onde a Companhia se insere uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Para este efeito é efectuada uma análise específica de cada investimento. Neste âmbito, em situações normais de mercado, um dos indicadores que é tido em consideração refere-se a menos valias potenciais superiores a 20% do custo de aquisição que se tenham mantido mais de 6 meses. Este indicador não obsta a que como resultado da análise específica dos investimentos se proceda ao registo de imparidade em outras situações em que se tenha verificado um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado face ao custo desses activos.

Em situações anormais de turbulência financeira e de volatilidade excessiva do mercado de acções, tal como se verificou no exercício de 2008, o Grupo analisa se a redução das cotações constitui ou não evidência de que o custo dos investimentos poderá não ser recuperável no médio prazo. Neste contexto, considerou como evidência objectiva de imparidade as seguintes situações:

- Existência, à data de referência das demonstrações financeiras, de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro, independentemente do período de tempo ao longo do qual se verificou esta situação; Adicionalmente, como resultado da análise específica foi identificada e registada imparidade em alguns investimentos que apresentavam menos-valias inferiores a 50%;
- Existência de menos valias potenciais superiores a 30% do custo de aquisição do instrumento financeiro, ao longo de um período igual ou superior a 9 meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de reavaliação – por ajustamentos no justo valor de activos financeiros". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

f) Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos reconhecidos pelo ISP. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

g) Activos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Companhia.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

h) Férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos, na rubrica "Acréscimos e diferimentos".

i) Impostos sobre lucros

Nos exercícios de 2008 e 2007, o total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos bem como os ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer os anteriormente não registados por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual quanto à sua recuperação futura. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a ajustamentos não dedutíveis para efeitos fiscais e à reavaliação de títulos e imóveis (Nota 24).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O impacto dos impostos diferidos, incluindo da alteração da taxa de imposto utilizada no seu cálculo, é reflectido nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de títulos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

j) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores. O único benefício concedido pela CARES – Companhia de Seguros, S.A. trata-se de pensões de pré-reforma.

A responsabilidade reconhecida em balanço refere-se a um plano de benefício definido e corresponde ao valor actual das responsabilidades. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 23). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades. Os ganhos e perdas actuariais são registados em resultados no ano em que são originados.

k) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

As perdas por imparidade em activos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.1. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos disponíveis para venda tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efectuada pelo Grupo em que a Companhia se insere com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de activos disponíveis para venda, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 3.1 d). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 3.1 d), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 3.1. j) acima, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa da Companhia e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 3.1. a) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhias, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas demonstrações financeiras reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor em Portugal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Conselho de Administração da Companhia sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

4. Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de provisão para prémios não adquiridos e provisões para sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008						Total
	Assistência			Protecção Jurídica			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos							
Prémios não adquiridos	2 677	15 855 611	15 858 288	274	2 442 217	2 442 491	18 300 779
Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1. a) iii))	(86)	(142 445)	(142 531)	(235)	(29 153)	(29 388)	(171 918)
	2 591	15 713 166	15 715 757	39	2 413 064	2 413 103	18 128 860
Provisão para sinistros:							
Provisão para sinistros declarados	13 569	11 817 275	11 830 844	5 860	3 146 719	3 152 579	14 983 423
Provisão para IBNR	2 853	139 418	142 271	12 429	2 261 918	2 274 347	2 416 618
Provisão para despesas com regularização de sinistros	10 420	743 360	753 780	720	392 280	393 000	1 146 780
	26 842	12 700 053	12 726 895	19 009	5 800 917	5 819 926	18 546 821
	29 433	28 413 219	28 442 652	19 048	8 213 981	8 233 029	36 675 681
Provisão para riscos em curso	-	-	-	441	-	441	441

(Valores em Euros)

	2007						Total
	Assistência			Protecção Jurídica			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos							
Prémios não adquiridos	2 956	13 685 544	13 688 500	275	2 368 811	2 369 086	16 057 585
Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1. a) iii))	(230)	(129 440)	(129 670)	(424)	(26 742)	(27 166)	(156 835)
	2 726	13 556 104	13 558 830	(149)	2 342 069	2 341 920	15 900 750
Provisão para sinistros:							
Provisão para sinistros declarados	24 743	8 208 341	8 233 094	7 481	2 518 249	2 525 730	10 758 824
Provisão para IBNR	2 853	91 114	96 967	12 428	1 958 013	1 970 441	2 067 408
Provisão para despesas com regularização de sinistros	13 470	519 600	533 070	1 080	362 520	363 600	896 670
	41 076	8 822 055	8 863 131	20 989	4 838 782	4 859 771	13 722 902
	43 802	22 378 159	22 421 961	20 840	7 180 851	7 201 691	29 623 652
Provisão para riscos em curso	32	-	32	1 005	-	1 005	1 037

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição da provisão para sinistros é a seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	2008			2007		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Assistência						
Sinistros declarados						
Do exercício	1 205	7 724 254	7 725 459	-	-	-
Do exercício n-1	7 203	2 785 145	2 792 348	19 354	6 866 048	6 885 401
Do exercício n-2	5 161	1 269 739	1 274 900	5 255	1 290 630	1 295 885
Do exercício n-3	-	10 396	10 396	144	11 738	11 882
Do exercício n-4	-	22 969	22 969	-	38 580	38 580
Do exercício n-5	-	903	903	-	45	45
Do exercício n-6	-	3 869	3 869	-	1 300	1 300
	13 569	11 817 275	11 830 844	24 753	8 208 341	8 233 094
Provisão para IBNR						
Do exercício	-	52 4223	52 423	-	-	-
Do exercício n-1	2 782	50 969	53 478	2 782	63 195	65 977
Do exercício n-2	72	50 969	53 478	71	27 076	27 147
Do exercício n-3	-	3 721	3 721	-	3 843	3 843
	2 853	139 418	142 271	2 853	94 114	96 967
Provisão para despesas de regularização de sinistros	10 420	743 360	753 780	13 470	519 600	533 070
Total Assistência	26 842	12 700 053	12 726 895	41 076	8 822 054	8 863 130
Protecção Jurídica						
Sinistros delcarados						
Do exercício	-	973 891	973 891	-	-	-
Do exercício n-1	2 259	714 467	716 726	2 550	861 771	864 321
Do exercício n-2	1 441	626 560	628 001	2 771	690 932	693 703
Do exercício n-3	2 160	476 084	478 244	2 169	515 580	517 740
Do exercício n-4	-	245 631	245 631	-	305 836	305 836
Do exercício n-5	-	82 665	82 665	-	101 839	101 839
Do exercício n-6	-	27 421	27 421	-	42 291	42 291
	5 860	3 146 719	3 152 579	7 481	2 518 249	2 525 730
Provisão para IBNR						
Do exercício	-	450 211	450 211	-	-	-
Do exercício n-1	1 500	440 303	441 803	1 500	485 253	486 753
Do exercício n-2	2 980	494 688	497 668	2 980	524 577	527 557

(continuação)

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	2008			2007		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Do exercício n-3	1 792	350 531	352 323	1 792	384 808	386 600
Do exercício n-4	3 032	271 414	274 446	3 031	286 815	289 846
Do exercício n-5	1 250	206 435	207 685	1 250	226 311	227 561
Do exercício n-6	1 875	48 336	50 211	1 875	50 249	52 124
	12 429	2 261 918	2 274 347	12 428	1 958 013	1 970 441
Provisão para despesas de regularização de sinistros	720	392 280	393 000	1 080	362 520	363 600
Total Protecção Jurídica	19 009	5 800 917	5 819 926	20 989	4 838 782	4 859 771
Total	45 851	18 500 970	18 546 821	62 065	13 660 836	13 722 901

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31.12.2007 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc. (*) (2)	Provisão para sinistros em 31.12.2008 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não vida				
Protecção jurídica	4 859 771	697 630	4 153 183	(8 958)
Assistência	8 863 131	6 948 259	4 345 214	2 430 342
Total Geral	13 722 902	7 645 889	8 498 398	2 421 384

(*) Relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31.12.2006 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc. (*) (2)	Provisão para sinistros em 31.12.2007 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não vida				
Protecção jurídica	4 052 844	924 393	3 249 018	120 567
Assistência	7 890 638	4 238 844	1 438 902	(2 212 892)
Total Geral	11 943 482	5 163 237	4 687 920	(2 092 325)

(*) Relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

Nos exercícios de 2008 e 2007, os custos com sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2008			
	Montantes Pagos-Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Protecção Jurídica	1 621	3 802	(1 980)	3 443
Assistência	17 899	22 271	(814 234)	25 936
Total	19 520	26 073	(16 214)	29 379
Resseguro aceite				
Protecção Jurídica	561 143	697 692	962 135	2 210 970
Assistência	29 300 796	3 957 756	3 877 998	37 136 550
Total	29 861 939	4 645 448	4 840 133	39 347 520
Total Geral	29 881 459	4 671 521	4 823 919	39 376 899

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2007			
	Montantes Pagos-Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Protecção Jurídica	2 806	3 749	(4 0289)	2 526
Assistência	76 605	21 957	(50 0869)	48 476
Total	79 411	25 706	(54 114)	51 002
Resseguro aceite				
Protecção Jurídica	562 207	678 004	810 956	2 051 167
Assistência	27 333 070	3 902 005	1 006 607	32 241 683
Total	27 895 277	4 580 009	1 817 563	34 292 850
Total Geral	27 974 688	4 505 715	1 763 449	34 343 852

Nos exercícios de 2008 e 2007, a composição dos custos com sinistros no ramo de assistência por ano é a seguinte:

Ramos Técnicos	2008			2007		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
(Valores em Euros)						
Assistência						
Montantes pagos						
Do exercício	5 504	23 723 244	23 728 748	-	-	-
Do exercício n-1	12 150	6 438 565	6 450 715	132 597	23 656 021	23 788 618
Do exercício n-2	95	15 388	15 483	28 771	3 681 072	3 709 843
Do exercício n-3	150	1 464	1 614	11 953	19 781	31 734
Do exercício n-4	-	9 819	9 819	633	5 107	5 740
Do exercício n-5	-	2 558	2 558	-	1 383	1 383
Do exercício n-6	-	2 362	2 362	-	538	538
	17 899	30 193 400	30 211 299	173 954	27 363 902	27 537 856
Reembolsos de Sinistros						
Do exercício	-	(178 380)	(178 380)	-	-	-
Do exercício n-1	-	(714 224)	(714 224)	-	-	-
Do exercício n-2	-	-	-	(92 482)	-	(92 482)
Do exercício n-3	-	-	-	-	(1 386)	(1 386)
Do exercício n-4	-	-	-	(4 867)	(29 033)	(33 900)
Do exercício n-5	-	-	-	-	(284)	(284)
Do exercício n-6	-	-	-	-	(129)	(129)
	-	(892 604)	(892 604)	(97 349)	(30 832)	(128 181)
Custos de gestão imputados	22 721	3 957 756	3 980 027	21 957	3 902 006	3 932 963
	40 170	33 258 552	33 298 722	98 562	31 235 076	31 333 638
Variação da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício	1 205	7 805 873	7 807 078	-	-	-
Do exercício n-1	(12 150)	(4 075 488)	(4 087 638)	22 135	6 929 243	6 951 378
Do exercício n-2	(95)	(15 388)	(15 483)	(18 627)	(4 736 615)	(4 755 242)
Do exercício n-3	(144)	(1 464)	(1 608)	(30 729)	(1 036 555)	(1 067 284)
Do exercício n-4	-	(15 611)	(15 611)	(994)	(83 993)	(84 987)
Do exercício n-5	-	858	858	-	(29 346)	(29 346)
Do exercício n-6	-	2 569	2 569	-	(457)	(457)
	(11 184)	3 701 349	3 690 165	(28 215)	1 042 277	1 014 062

(continuação)

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	2008			2007		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício	60	603 740	603 800	-	-	-
Do exercício n-1	(3 030)	(374 970)	(378 000)	13 020	459 830	472 850
Do exercício n-2	(70)	(1 460)	(1 530)	(13 260)	(487 510)	(500 770)
Do exercício n-3	(10)	(3 160)	(3 170)	(4 690)	(3 050)	(7 740)
Do exercício n-4	-	(380)	(380)	(970)	(2 940)	(3 910)
Do exercício n-5	-	9	9	-	(1 480)	(1 480)
Do exercício n-6	-	(20)	(20)	-	(520)	(520)
	(3 050)	223 759	220 709	(5 900)	35 670)	(41 570)
Sinistros e reembolsar						
Do exercício	-	(29 197)	(29 197)	-	-	-
Do exercício n-1	-	(17 913)	(17 913)	(99 247)	-	(99 247)
Do exercício n-2	-	-	-	78 408	-	78 408
Do exercício n-3	-	-	-	-	-	-
Do exercício n-4	-	-	-	4 868	-	4 868
	-	(47 110)	(47 110)	(15 971)	-	(15 971)
Varição da provisão para sinistros	(14 234)	3 877 998	3 863 764	(50 086)	1 006 607	956 521
	25 936	37 136 550	37 162 486	48 476	32 241 683	32 290 159

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição dos custos com sinistros no ramo de protecção jurídica por ano é a seguinte:

(Valores em Euros)

Protecção Jurídica	2008			2007		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício	-	72 161	72 161	-	-	-
Do exercício n-1	291	166 510	166 801	75	36 255	36 330
Do exercício n-2	1 330	113 484	114 814	1 875	202 043	203 918
Do exercício n-3	-	75 106	75 106	-	103 006	103 006
Do exercício n-4	-	75 624	75 624	-	156 572	156 572
Do exercício n-5	-	41 507	41 507	855	41 909	42 764
Do exercício n-6	-	16 751	16 751	-	22 422	22 422
	1 621	561 143	562 764	2 805	562 207	565 012

(continuação)

(Valores em Euros)

	2008			2007		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Custos de gestão imputados	3 802	687 692	691 494	3 749	678 004	681 753
	5 423	1 248 835	1 254 258	6 554	1 240 211	1 246 765
Variação da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício	-	1 424 102	1 424 102	-	-	-
Do exercício n-1	(290)	(192 254)	(192 544)	4 050	1 347 024	1 351 074
Do exercício n-2	(1 330)	(94 261)	(95 591)	(1 875)	(203 679)	(205 554)
Do exercício n-3	-	(73 773)	(73 737)	-	(101 731)	(101 731)
Do exercício n-4	-	(75 604)	(75 604)	(743)	65 453	64 710
Do exercício n-5	-	(39 050)	(39 050)	(3 218)	(200 655)	(203 873)
Do exercício n-6	-	(16 785)	(16 785)	(1 397)	(109 726)	(111 123)
	(1 620)	932 375	930 755	(3 183)	796 686	793 503
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício	-	242 640	242 640	-	-	-
Do exercício n-1	(240)	(155 640)	(155 880)	840	258 842	259 682
Do exercício n-2	(120)	(24 120)	(24 240)	(1 423)	(178 683)	(180 106)
Do exercício n-3	-	(9 960)	(9 960)	(88)	(52 543)	(52 631)
Do exercício n-4	-	(17 520)	(17 520)	-	(10 945)	(10 945)
Do exercício n-5	-	(4 080)	(4 080)	(174)	(1 558)	(1 732)
Do exercício n-6	-	(1560)	(1 560)	-	(843)	(843)
	(360)	29 760	29 400	(845)	14 270	13 425
Variação da provisão para sinistros	(1 980)	962 135	960 155	(4 028)	810 956	806 928
	3 443	2 210 970	2 214 413	2 526	2 051 167	2 053 693

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os custos com sinistros de seguro directo e resseguro aceite - montantes pagos incluem 4.671.521 Euros e 4.605.716 Euros, respectivamente, relativos a custos de gestão imputados aos ramos explorados pela Companhia (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica de provisões para participação nos resultados apresentava a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Global - Assistência ao domicílio do seguro multiriscos habitação	52 560	40 375
Global - Assistência ao estabelecimento comercial do seguro multiriscos comércio	11 644	11 786
Garantia - Assistência em Viagem Temporários	2 275	2 230
Ocidental - Protecção jurídica	-	3 319
	66 479	57 710

Nos exercícios de 2008 e 2007, a rubrica “Participações nos resultados, líquidas de resseguro” da demonstração de ganhos e perdas, apresenta saldos de 1.378.996 Euros e 1.682.423 Euros, respectivamente.

Durante o mês de Dezembro de 2008, as contas-correntes com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. foram creditadas, nos montantes de 1.275.730 Euros e 36.329 Euros, respectivamente (1.362.637 Euros e 311.779 Euros, respectivamente, no mês de Dezembro de 2007), a título de participação nos resultados do exercício dos contratos em vigor.

A actividade da Cares é essencialmente de resseguro aceite, pelo que a política de subscrição é definida pelas seguradoras cedentes.

Relativamente ao seguro directo, a actividade não é desenvolvida activamente, pelo que toda e qualquer aceitação de risco e respectivas condições terão que ser submetidos à aprovação da Direcção.

Sendo os ramos explorados caracterizados por uma grande dispersão de risco, a aceitação de riscos baseia-se em condições e clausulados standards, suportados por longas séries estatísticas, estabelecidos e respeitados pela área Comercial, que não aceita riscos que não se enquadram nas condições definidas.

A Cares tem como procedimento efectuar revisões tarifárias anualmente, de forma a adequar os prémios aos níveis de sinistralidade existentes.

A Cares tem tido uma política prudencial no provisionamento da sinistralidade, existindo suficiência de provisões constituídas face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

O rácio da provisão para prémios não adquiridos face aos prémios brutos emitidos subiu ligeiramente para 40,3% (37,3%) continuando a apresentar valores acima dos obtidos para o mercado.

Rácios

Os rácios calculados pela Cares tiveram a seguinte evolução:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Rácios de sinistralidade	80,5%	74,8%
Rácios de despesas	12,6%	13,5%
Rácio combinado	93,1%	88,4%
Rácio operacional	4,1	2,7

Tanto o rácio de sinistralidade como o rácio combinado aumentaram cerca de 5 pontos percentuais face ao ano anterior sobretudo em resultado do agravamento dos custos das prestações, nomeadamente com serviços de pronto-socorro, em consequência, entre outras, do aumento do preço do barril de crude registado no ano em análise e de um provisionamento de sinistralidade prudencial.

O rácio operacional (prémios líquidos/capital próprio) aumentou devido à diminuição dos capitais próprios resultantes da reserva de reavaliação das obrigações ter um saldo devedor em 31 de Dezembro de 2008.

6. Instrumentos Financeiros

O inventário de participações e instrumentos financeiros em 31 de Dezembro de 2008 é apresentado no Anexo 1.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, existe um título classificado ao justo valor através de resultados por conter derivados embutidos, cujo valor nominal ascende a 570.000 Euros, e cujo valor de balanço nas referidas datas ascendia a 432.567 Euros e 428.186 Euros, respectivamente.

Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 26)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	7 118 399	160 104	7 278 503	-	7 278 503	441 300	7 719 803
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	16 314 926	224 016	16 538 942	(174 755)	16 364 187	(2 079 918)	14 284 269
	23 433 325	384 120	23 817 445	(174 755)	23 642 690	(1 638 618)	22 004 072
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores nacionais	213 748	-	213 748	-	213 748	(33 988)	179 760
	23 928 835	384 120	24 312 955	(174 755)	24 138 200	(1 639 786)	22 498 414
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	281 762	-	281 762	-	281 762	32 820	314 582
	23 928 835	384 120	24 312 955	(174 755)	24 138 200	(1 639 786)	22 498 414

(Valores em Euros)

	2007						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 26)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De empresas do Grupo	116 456	239	116 65	-	116 695	34 432	151 127
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	7 967 492	187 601	8 155 093	-	8 155 093	(115 750)	8 039 343
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	17 630 965	232 834	17 863 529	-	17 863 529	(380 370)	17 483 159
	25 714 643	420 674	26 135 317	-	26 135 317	(461 688)	25 673 629
Instrumentos de capital							
Valorizados ao justo valor							
De emissores nacionais	454 376	-	454 376	-	454 376	7 353	461 729
De emissores estrangeiros	3 750 651	-	3 750 651	-	3 750 651	326 916	4 077 567
	4 205 027	-	4 205 027	-	4 205 027	334 269	4 539 296
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	381 832	-	381 832	-	381 832	129 957	511 789
	30 301 502	420 674	30 722 176	-	30 722 176	2 538	30 724 714

7. Investimentos em Filiais e Associadas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta rubrica refere-se a 5.000 acções representativas da totalidade do capital social da CARES RH, Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A. (Cares RH), com sede na Avenida José Malhoa, nº 13 – 7º, em Lisboa.

Os dados financeiros mais significativos, retirados das demonstrações financeiras da Cares RH em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, expressos em Euros, são os seguintes:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Activo líquido	3.168.420	3.295.071
Passivo	1.929.552	2.189.218
Capital e reservas	1.238.868	1.105.853
Resultado líquido do exercício	133.015	663.023
Proveitos totais	2.226.019	3.140.142

Nos termos da legislação em vigor, a Companhia está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado a Caixa Seguros, SGPS, S.A., com sede em Lisboa, deter a totalidade do seu capital e apresentar contas consolidadas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Sociedade e da sua filial. No exercício de 2007, a Sociedade recebeu dividendos de 400.000 Euros (Nota 16).

8. Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Depósitos à ordem em instituições nacionais:		
em Euros		
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 29)	14 559 269	5 985 537
Banesto	123 893	96 801
Banco Caixa Geral	11 148	18 231
em moeda estrangeira		
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 29)	1 571	4 267
Caixa	14 695 881	6 104 836
	11 489	11 490
	14 707 370	6 116 326

9. Terrenos e Edifícios

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Terrenos e edifícios – de rendimento” é composta por um edifício afecto às provisões técnicas do ramo não vida, o qual deixou de ser utilizado pelos serviços da Companhia em 2005.

Na sequência da adopção do Novo PCES, a Companhia adoptou a opção permitida pela IAS 40 de valorização do edifício pelo valor de avaliação por via de ganhos e perdas.

Com esta alteração na metodologia de registo, o saldo anteriormente registado em reservas de reavaliação foi reclassificado para o resultado do exercício de 2007, em 84.000 Euros, tendo 41.278 Euros sido registados em resultados transitados (Nota 35).

Em Dezembro de 2008 foi realizada uma nova avaliação pela entidade Imocaixa, tendo o valor actual sido calculado pelo método do rendimento e comparativo de mercado.

Em resultado desta avaliação, foi registado um proveito de 20.000 Euros na rubrica “Ganhos líquidos em activos não financeiros”, da conta de ganhos e perdas.

Os proveitos com rendas registados nos exercício de 2008 e 2007 ascendem a 40.600 Euros e 37.500 Euros, respectivamente (Nota 16).

10. Outros Activos Fixos Tangíveis

Nos exercícios de 2008 e 2007, o movimento ocorrido nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rúbricas	31.12.2007		Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos	Depreciação do exercício (Nota 21)	31.12.2008	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas					Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS								
Equipamento administrativo	485,573	(326,271)	-	-	-	(51,293)	485,573	(377,565)
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	213,880	(193,062)	20,116	-	-	(25,818)	233,996	(218,880)
Instalações interiores	95,792	(77,017)	-	-	-	(6,111)	95,792	(83,128)
Material de transporte	73,007	(54,756)	-	-	(18,251)	-	-	-
Outras activos tangíveis	10,780	(10,780)	-	-	-	-	10,780	(10,780)
	879,032	(661,885)	20,116	-	(18,251)	(83,223)	826,140	(690,353)

(Valores em Euros)

Rúbricas	31.12.2006			31.12.2007				
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos	Depreciação do exercício (Nota 21)	Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS								
Equipamento administrativo	434,576	(260,057)	51,122	-	-	(66,340)	485,573	(326,271)
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	227,528	(168,498)	18,760	(13,648)	-	(43,323)	213,880	(193,062)
Instalações interiores	95,792	(67,438)	-	-	-	(9,579)	95,792	(77,017)
Material de transporte	172,142	(108,719)	-	-	(20,407)	(24,765)	73,007	(54,756)
Outras activos tangíveis	10,780	(10,780)	-	-	-	-	10,780	(10,780)
	940,818	(615,492)	69,882	(13,648)	(20,407)	(144,006)	879,032	(661,885)

11. Afectação dos Investimentos e Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os investimentos e outros activos encontravam-se afectos do seguinte modo:

(Valores em Euros)

	2008		
	Seguros não Vida	Não afectos	Total
Caixa e equivalentes (Nota 8)	4 339 134	10 368 236	14 707 370
Terrenos e edifícios (Nota 9)	740 000	-	740 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	429 386	429 386
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas (Nota 6)	432 567	-	432 567
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	22 498 414	-	22 498 414
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 38)	1 110 814	-	1 110 814
Outros activos tangíveis (Nota 10)	-	135 787	135 787
Outros activos intangíveis (Nota 12)	-	24 091	24 091
Outros devedores (Nota 39)	8 344 109	1 010 854	9 354 963
	37 465 038	11 968 354	49 433 392

(Valores em Euros)

	2007		
	Seguros não Vida	Não afectos	Total
Caixa e equivalentes (Nota 8)	768,261	5,348,065	6,116,326
Terrenos e edifícios (Nota 9)	720,000	-	720,000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	429,386	429,386
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas (Nota 6)	428,186	-	428,186
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	30,718,120	6,594	30,724,714
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 38)	1,039,052	-	1,039,052
Outros activos tangíveis (Nota 10)	-	217,147	217,147
Outros activos intangíveis (Nota 12)	-	51,119	51,119
Outros devedores (Nota 39)	6,228,296	388,413	6,616,709
	39,901,915	6,440,724	46,342,639

12. Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento nas rubricas de outros activos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rúbricas	31.12.2007			31.12.2008				
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências e abates	Alienações e abates líquidos	Depreciação do exercício (Nota 21)	Valor Bruto	Amortizações acumuladas
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações informáticas								
- adquiridas a terceiros	174,789	(123,670)	-	-	-	(27,028)	174,789	(150,698)
Activos em curso - despesas aplicações								
informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
	174,789	(123,670)	-	-	-	(27,028)	174,789	(150,698)

(Valores em Euros)

Rúbricas	31.12.2006						31.12.2007	
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências e abates	Alienações e abates líquidos	Depreciação do exercício (Nota 21)	Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações informáticas								
- adquiridas a terceiros	102,531	(93,562)	58,610	13,648	-	(30,108)	174,789	(123,670)
Activos em curso - despesas aplicações								
informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
	102,531	(93,562)	58,610	13,648	-	(30,108)	174,789	(123,670)

No âmbito da transição para o novo PCES, a Companhia efectuou o desreconhecimento das despesas incorridas com aumentos de capital e alteração de pacto social, que se encontravam totalmente amortizadas.

13. Outras Provisões e Ajustamentos de Contas do Activo

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008				
	Saldo em 31.12.2007	Reforços	Reposições e anulações	Regularizações	Saldo em 31.12.2008
Provisões - contencioso	345,747	145,890	(145,890)	(95,055)	250,692
Outras provisões	247,595	21,554	(48,662)	-	220,487
	593,342	167,444	(194,552)	(95,055)	471,179

(Valores em Euros)

	2007				
	Saldo em 31.12.2006	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldo em 31.12.2007
Outras Provisões	572,342	27,500	(6,500)	-	593,342

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas provisões incluem 220.487 Euros e 247.595 Euros, respectivamente, relativos a eventuais contingências laborais referentes a exercícios anteriores, na sequência da alteração da política de remunerações da Companhia ocorrida em 2005. Inclui ainda 250.692 Euros e 345.747 Euros, respectivamente, para fazer face a encargos futuros decorrentes de acções judiciais de índole laboral em curso.

14. Prémios de Contratos de Seguro

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008				
	Seguro directo	Resseguro aceite	Seguro directo e Resseguro aceite	Resseguro aceite	Líquido
Prémios brutos emitidos					
Protecção Jurídica	782	5,233,115	5,233,897	(14)	5,233,883
Assistência	95,261	40,027,188	40,122,449	(60,822)	40,061,627
	96,043	45,260,303	45,356,346	(60,836)	45,295,510
Varição da provisão para prémios não adquiridos					
Protecção Jurídica	-	(73,406)	(73,406)	-	(73,406)
Assistência	279	(2,170,067)	(2,169,788)	-	(2,169,788)
	279	(2,243,473)	(2,243,194)	-	(2,243,194)
Prémios adquiridos no exercício					
Protecção Jurídica	782	5,159,709	5,160,491	(14)	5,160,477
Assistência	95,540	37,857,121	37,952,661	(60,822)	37,891,839
	96,322	43,016,830	43,113,152	(60,836)	43,052,316

(Valores em Euros)

	2007				
	Seguro directo	Resseguro aceite	Seguro directo e Resseguro aceite	Resseguro aceite	Líquido
Prémios brutos emitidos					
Diversos Protecção Jurídica	411	5,455,481	5,455,892	-	5,455,892
Diversos Assistência	126,531	37,484,494	37,611,025	(32,694)	37,578,331
	126,942	42,939,975	43,066,917	(32,694)	43,034,223
Varição da provisão para prémios não adquiridos					
Diversos Protecção Jurídica	1,213	(150,312)	(149,099)	-	(149,099)
Diversos Assistência	815	(3,184,097)	(3,183,282)	-	(3,183,282)
	2,028	(3,334,409)	(3,332,381)	-	(3,332,381)
Prémios adquiridos no exercício					
Diversos Protecção Jurídica	1,624	5,305,169	5,306,793	-	5,306,793
Diversos Assistência	127,346	34,300,397	34,427,743	(32,694)	34,395,049
	128,970	39,605,566	39,734,536	(32,694)	39,701,842

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2008				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinsitros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro Directo					
Protecção Jurídica	782	782	3,442	1,401	-
Assistência	95,261	95,540	25,936	4,856	(60,579)
Total	96,043	96,322	29,378	6,257	(60,579)
Resseguro Aceite	45,260,303	43,016,830	39,347,521	740,719	(14)
Total Geral	45,356,346	43,113,152	39,376,899	746,976	(60,593)

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2007				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinsitros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro Directo					
Protecção Jurídica	412	1,624	2,527	1,038	-
Assistência	126,531	127,346	48,475	11,634	(32,563)
Total	126,943	128,970	51,002	12,672	(32,563)
Resseguro Aceite	42,939,974	39,605,566	34,292,850	680,773	-
Total Geral	43,066,917	39,734,536	34,343,852	693,445	(32,563)

16. Rendimentos/Réditos de Investimentos

As políticas contabilísticas de reconhecimento dos réditos de investimentos são descritas na Nota 3. Em 31 de Dezembro de 2008, a composição destas rubricas da demonstração de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2008									
	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	Total
Rendimentos										
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas										
Activo financeiros disponíveis para venda										
Investimentos em empresas do grupo	-	40,588	-	-	40,588	-	13,692	-	-	13,692
Instrumentos de capital e unidades de participação										
Acções	-	148,816	-	-	148,816	-	115,127	-	-	115,127
Unidades de participação	-	228	-	-	228	-	1,191	-	-	1,191
	-	149,044	-	-	149,044	-	116,318	-	-	116,318
Instrumentos de dívida										
Obrigações de emissores públicos	321,745	-	-	-	321,745	353,048	-	-	-	353,048
Obrigações de outros emissores	852,727	-	-	-	852,727	729,308	-	-	-	729,308
	1,174,472	-	-	-	1,174,472	1,082,356	-	-	-	1,082,356
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	18,303	18,303
Empréstimos concedidos e contas a receber	19,854	-	-	-	19,854	41,032	-	-	-	41,032
Depósitos à ordem em instituições de crédito	341,462	-	-	-	341,462	70,532	-	-	-	70,532
	361,316	-	-	-	361,316	111,564	-	-	-	111,564
	1,535,788	189,632	-	-	1,725,420	1,193,920	130,010	-	18,303	1,342,233
Outros										
Terrenos e edifícios (Nota 9)	-	-	40,600	-	40,600	-	-	37,500	-	37,500
Partes de capital em filiais (Nota 7)	-	-	-	-	-	-	400,000	-	-	400,000
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1,336	-	-	-	1,336	-	-	-	-	-
	1,336	-	40,600	-	41,936	-	400,000	37,500	-	437,500
	1,537,124	189,632	40,600	-	1,767,356	1,193,920	530,010	37,500	18,303	1,779,733

17. Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

Nos exercícios de 2008 e de 2007, as rubricas de ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008			2007		
	Não vida	Não afecto	Total	Não vida	Não afecto	Total
GANHOS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS						
De activos disponíveis para venda						
Investimentos em empresas do grupo						
Títulos de dívida e outros empréstimos	70	-	70	2,825	-	2,825
Instrumentos de capital e unidades de participação						
Acções	715,930	(2,252)	713,678	623,034	4,761	627,795
Unidades de participação	99,202	-	99,202	5,089	-	5,089
	815,132	(2,252)	812,880	628,123	4,761	632,884
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	1,550	-	1,550	84,736	-	84,736
Obrigações - outros emissores	353	-	353	20,373	-	20,373
	1,903	-	1,903	105,109	-	105,109
	817,106	(2,252)	814,853	736,057	4,761	740,818
PERDAS REALIZADAS EM INVESTIMENTOS						
De activos disponíveis para venda						
Investimentos em outras participadas						
Títulos de dívida e outros empréstimos	(2)	-	(2)	(14,318)	-	(14,318)
Instrumentos de capital e unidades de participação						
Acções	(2,687,425)	(8,527)	(2,695,952)	(245,811)	(4,208)	(250,019)
Unidades de participação	(107,878)	-	(107,878)	(18,290)	-	(18,290)
	(2,795,303)	(8,527)	(2,803,830)	(264,101)	(4,208)	(268,309)
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	(106,295)	-	(106,295)	(437,060)	-	(437,060)
Obrigações - outros emissores	(13,903)	-	(13,904)	(213,934)	-	(213,934)
	(120,198)	-	(120,198)	(650,994)	-	(650,994)
	(2,915,503)	(8,527)	(2,924,030)	(929,413)	(4,208)	(933,621)

18. Ganhos e Perdas Provenientes de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Nos exercícios de 2008 e de 2007, as rubricas de ganhos e perdas provenientes de ajustamentos no justo valor em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008		
	Carteira ramo não vida		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida			
Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	113,935	(342,915)	(228,980)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de activos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	-	(174,755)	(174,755)
Terrenos e edifícios	20,000	-	20,000
	133,935	(517,670)	(383,735)

(Valores em Euros)

	2007		
	Carteira ramo não vida		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida			
Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	-	(79,294)	(79,294)
	-	(79,294)	(79,294)

19. Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

No exercício de 2008, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008		2007	
	Ramo não vida	Total	Ramo não vida	Total
Diferenças de câmbio favoráveis	21,842	21,842	3,878	3,878
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(38,974)	(38,974)	(6,597)	(6,597)
	(17,132)	(17,132)	(2,719)	(2,719)

No exercício de 2007, os ganhos e perdas em diferenças de câmbio estão registadas na rubrica "Outros rendimentos / gastos".

21. Gastos Diversos por Função e Natureza

A composição desta rubrica de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Custos com o pessoal (Nota 22)	3,294,190	3,129,120
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	1,155,144	1,090,715
Comunicações	379,333	411,707
Rendas e alugueres	258,365	243,632
Custos com trabalho independente	67,131	63,943
Licenças de software	57,989	54,334
Limpeza e higiene	30,120	25,468
Impressos e material de escritório	23,798	16,625
Publicidade e propaganda	16,259	3,177
Deslocações e estadas	7,062	20,041
Outros	123,729	117,506
	2,118,929	2,047,148
Custos de seguro directo	3,752	8,358
Impostos e taxas	3,058	3,373
Amortizações do exercício:		
Activos intangíveis (Nota 12)	27,028	30,108
Activos tangíveis (Nota 10)	83,223	144,006
Outras provisões	(95,056)	-
Comissões por serviços bancários e juros suportados	20,645	22,540
	38,899	200,027
	5,455,769	5,384,653

Na demonstração de ganhos e perdas, estes custos foram imputados da seguinte forma:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Custos com sinistros (Nota 4)	(4 671 521)	(4 605 715)
Custos administrativos	(336 241)	(331 505)
Custos de aquisição	(425 819)	(426 621)
Custos de gestão dos investimentos	(22 188)	(20 812)
	(5 455 769)	(5 384 653)

22. Gastos com Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a Companhia teve, em média, 83 e 75 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Director Coordenador	2	2
Chefe de Centro 1	1	1
Chefe de Serviços	4	5
Chefe de Secção	-	1
Analista Programador	1	1
Programador	-	1
Operador	2	2
Escriturários	57	55
Escriturários estagiários	12	3
Regularizador de sinistros	3	3
Técnico de formação	1	1
Total	83	75

A composição dos gastos com pessoal durante os exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Remunerações		
Orgãos Sociais	244,685	240,050
Pessoal	2,219,034	1,603,680
Encargos sobre Remunerações	500,627	335,324
Benefícios Pós-emprego		
Planos de benefícios definidos (Nota 23)	87,547	191,717
Benefícios de cessação de emprego	99,309	4,505
Seguros obrigatórios	28,511	16,883
Gastos de acção pessoal	82,374	21,056
Outros gastos com pessoal	32,103	715,904
Total custos com Pessoal	3,294,190	3,129,119

No exercício de 2007, a rubrica "Outros gastos com pessoal" inclui 668.820 Euros relativos a reembolso de salários e encargos sociais inerentes à cedência ocasional à Companhia de colaboradores de empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Em 2008, o custo é de 673.123 Euros e encontra-se distribuído pelas diversas rubricas de gastos com pessoal consoante a respectiva natureza.

23. Obrigações com Benefícios dos Empregados

No exercício de 2008 e 2007, a Companhia celebrou com um colaborador em cada um dos exercícios respectivamente, acordos de pré-reforma, pelo qual concedeu o direito a uma prestação até à idade de reforma. As responsabilidades futuras com estes acordos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 ascendem a 167.556 Euros e a 158.911 Euros, respectivamente, tendo sido apuradas com base nos seguintes pressupostos:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Método Actuarial	Projected Unit Credit	
Pressupostos demográficos:		
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 88/90
Pressupostos financeiros:		
Taxa de desconto	5,5%	5%
Taxa de crescimento das pensões	2,5%	2,5%

Os encargos com estes acordos reflectidos na conta de ganhos e perdas dos exercícios de 2008 e 2007 são os seguintes:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Valor inicial	-	183.608
Acordos de pré-reforma		
Custo dos juros	6.797	3.770
Ganhos / perdas actuariais	72.505	4.339
Encargos com pessoal cedido	8.245	-
	87.547	191.717

O total de responsabilidades apurado em 31 de Dezembro de 2007 encontra-se registado na rubrica "Acréscimos e diferimentos", do passivo (Nota 40).

24. Imposto Sobre o Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, as rubricas de activos e passivos por impostos sobre o rendimento apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Activos por impostos correntes		
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	8,978	8,978
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(469,922)	(1,072,579)
Contribuições para a Segurança Social	(16,847)	(13,985)
Retenções de imposto na fonte	(18,877)	(18,541)
Outros impostos e taxas	(292)	(1,738)
Retenção de impostos sobre rendimentos prediais	(2,799)	(2,731)
	(508,737)	(1,109,574)
	(499,759)	(1,100,596)
Activos por impostos diferidos		
Por desvalorização de activos disponíveis para venda	480,543	38,762
Por desvalorizações em imóveis - propriedades de investimento	8,782	9,354

(continuação) (Valores em Euros)

	2008	2007
Por provisões para riscos e encargos não aceites fiscalmente	102,831	107,724
Por outras desvalorizações através de resultados	16,811	21,012
	608,967	176,852
Passivos por impostos diferidos		
Por valorização de activos disponíveis para venda	(4,193)	(36,792)
Por outras revalorizações de títulos por resultados	(26,536)	(33,169)
	(30,729)	(69,961)
	578,238	106,891

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2008			
	Saldo em 31.12.2007	Variação		Saldo em 31.12.2008
		Capital Próprio	Resultado	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de activos disponíveis para venda	(10,187)	428,070	2,433	420,316
Imparidade em títulos de dívida	-	-	46,310	46,310
Reavaliação imóveis de rendimento	9,354	-	(573)	8,781
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	107,724	-	(4,893)	102,831
	106,891	428,070	43,277	578,238

(Valores em Euros)

	2007			
	Saldo em 31.12.2006	Variação		Saldo em 31.12.2007
		Capital Próprio	Resultado	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de activos disponíveis para venda	(94,358)	63,158	21,013	(10,187)
Reavaliação imóveis de rendimento	25,310	-	(15,956)	9,354
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	151,671	-	(43,947)	107,724
	82,623	63,158	(38,890)	106,891

Os impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Imposto corrente		
Imposto	436,713	1,007,547
Tributação autónoma	6,301	3,451
Derrama	26,908	61,581
	469,922	1,072,579
Excesso de estimativa de IRC do exercício de 2006	-	(100,121)
	469,922	972,458
Impostos diferidos:		
Valorização e reavaliação de activos disponíveis para venda	(46,310)	(21,011)
Valorização de imóveis de rendimento	572	15,954
Provisões para outros riscos e encargos	4,893	43,947
Outros	(2,432)	-
	(43,277)	38,890
Total de impostos em resultados	426,645	1,011,348
Resultado antes de impostos	857,400	4,541,925
Carga fiscal	50%	22%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2008		2007	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		857,400		4,541,925
Imposto apurado com base na taxa nominal	26.50%	227,211	26.50%	1,203,610
Dividendos	-2.93%	(25,160)	-2.35%	(106,704)
Mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	30.01%	257,278	-0.12%	(5,382)
Benefícios fiscais	-2.64%	(22,595)	-1.09%	(49,344)
Excesso de estimativa	-0.83%	(7,129)	0.87%	39,696
Dupla tributação internacional	-1.37%	(11,746)	-	-
Tributação autónoma	0.73%	6,301	0.08%	3,451
Outros	0.29%	2,485	0.58%	26,142
	49.76%	426,645	24.47%	1,111,469
Excesso de estimativa de imposto	-	-	-2.20%	(100,121)
	49.76%	426,645	22.27%	1,011,348

No exercício de 2004, a Companhia passou a estar abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 63º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria colectável da entidade dominante, Caixa Seguros, SGPS, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo com imposto sobre rendimento, se aplicável, seja reconhecido na esfera individual da Companhia, sendo os correspondentes pagamentos efectuados pela entidade dominante.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), contados a partir dos exercícios a que respeitam. As declarações fiscais do exercício de 2005 e 2006 foram revistas sem correcções. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2007 e 2008 poderão ainda vir a ser revistas e as declarações fiscais dos anos de 2005 e 2006 sujeitas a nova revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

25. Capital

Os objectivos de gestão do Capital na Companhia obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Cares está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor ao accionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Cares está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objectivos descritos, a Cares efectua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de Outubro, e das Normas do Instituto de Seguros de

Portugal, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações decorrentes da Norma Regulamentar nº 12/2008-R, de 30 de Outubro, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das actividades das companhias de seguros. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares do Instituto de Seguros de Portugal.
- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.
- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por activos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A análise e cumprimento dos objectivos são garantidos pela administração e direcção da Companhia. Em 31 de Dezembro de 2008, a Companhia mantinha a margem de solvência e o fundo de garantia acima dos montantes mínimos exigidos e as provisões técnicas encontram-se adequadamente representadas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o capital da Companhia está representado por 1.500.000 acções, com o valor nominal de 5 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o capital da Companhia é integralmente detido pela Caixa Seguros, SGPS, S.A..

26. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as reservas apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor		
- de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	(1,639,786)	2,538
	(1,639,786)	2,538
Reserva por impostos diferidos:		
De activos financeiros disponíveis para venda	430,040	1,970
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	1,248,598	896,517
Outras reservas	2,310,014	1,641,281
	3,558,612	2,537,798
Resultados transitados	330,468	320,705
Resultado do exercício atribuível ao accionista	430,755	3,530,577
	3,110,089	6,393,588

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos.

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 28 de Março de 2008, foi deliberada a seguinte aplicação do resultado líquido estatutário de 2007:

	(Valores em Euros)
Reserva legal	352.081
Reservas livres	668.733
Distribuição de dividendos	2.500.000
	3.520.814

27. Resultados por Acção

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Companhia apresenta um resultado por acção de:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Resultado líquido do exercício	430.755	3.530.577
Número total de acções	1.500.000	1.500.000
Resultado por acção (Euros)	0,2872	2,3537

29. Transacção Entre Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os principais saldos mantidos com empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos eram os seguintes (saldos devedores/(credores)):

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Saldos de balanço		
Depósitos bancários (Nota 8):		
Depósitos à ordem:		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	14.560.840	5.989.804
Banco Caixa Geral	11.148	18.231
Devedores por operações de resseguro (Nota 39):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	3.399.672	3.528.587
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	1.250.925	953.349
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	662.656	725.820
Garantia – Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(9.138)	17.457
Multicare – Seguros Saúde, S.A.	205.206	225.223
Credores - fornecedores (Nota 41):		
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	(127.842)	(60.455)
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(27.751)	(12.014)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(2.012)	(5.065)

(continuação)

(Valores em Euros)

	2008	2007
Provisão para prémios não adquiridos – resseguro aceite (Nota 4):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(10.326.293)	(8.296.235)
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	(4.021.918)	(4.230.030)
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	(1.868.114)	(1.590.202)
Multicare – Seguros Saúde, S.A.	(304.404)	(152.919)
Garantia – Companhia de Seguros, SARL	(399)	(2.363)
Provisão para participação nos resultados (Nota 4):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	-	-
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	-	-
Garantia – Companhia de Seguros, SARL	(2.228)	(2.230)
Saldos da demonstração dos resultados		
Varição da provisão para prémios não adquirido de resseguro aceite		
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	208.112	(1.405.340)
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(2.030.058)	(1.076.968)
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	(277.812)	(367.544)
Multicare – Seguros Saúde, S.A.	(151.485)	(152.919)
Garantia – Companhia de Seguros, SARL	1.964	(2.313)
Participação nos resultados de resseguro aceite		
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	(36.329)	(311.779)
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(1.275.730)	(1.362.637)
Garantia – Companhia de Seguros, SARL	(2.275)	(2.407)
Contas relativas a cedência de pessoal		
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	(836.736)	(751.432)
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(96.439)	(104.980)
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	(25.372)	(22.368)
Cares RH	48.275	-
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	11.042.927	11.023.470
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	25.667.167	24.412.945
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	3.321.306	2.844.709
Multicare – Seguros Saúde, S.A.	608.987	225.223
Garantia – Companhia de Seguros, SARL	30.696	31.591

30. Demonstração de Fluxos de Caixa

Ver Demonstração de Fluxos de Caixa em anexo.

35. Ajustamentos de Transição Para o Novo Regime Contabilístico e Respective Impactos

Os principais impactos resultantes da transição para o novo regime contabilístico definido na Norma nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007, de 31 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2007 são apresentados no quadro seguinte:

(Valores em Euros)

	Nota	Capital Social	Reservas			Resultados transitados	Resultados líquidos	Total do Capital Próprio	
			Reserva de justo valor	Impostos diferidos	Reserva legal				Outras reservas
Saldo em 31 de Dezembro de 2007									
(antes de ajustamentos de transição)		7 500 000	850 157	(833)	896 517	1 641 281	162 118	3 520 814	14 570 054
Ajustamentos de transição:									
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos									
a)	-	(676 468)	-	-	-	-	-	-	(676 468)
Investimentos financeiros (IAS 39)									
Registo de títulos de rendimento									
b)	-	(45 873)	-	-	-	125 169	(79 296)	-	-
Impostos diferidos (IAS 12)									
c)	-	-	12 157	-	-	(33 170)	21 013	-	-
Total de investimentos financeiros									
	-	(45 873)	12 157	-	-	91 999	(58 283)	-	-
Imóveis (IAS 16 e IAS 40)									
Transferência do saldo das reservas de reavaliação									
d)	-	(125 278)	-	-	-	41 278	84 000	-	-
Impostos diferidos (IAS 12)									
e)	-	-	(9 354)	-	-	25 310	(15,956)	-	-
Total imóveis									
	-	(125 278)	(9 354)	-	-	66 588	68 044	-	-
Saldos "pró-forma" em 31 de Dezembro de 2007									
		7 500 000	2 538	1 970	896 517	1 641 281	320 705	3 530 577	13 893 588

a) De acordo com o novo PCES, a Companhia valorizou a participação financeira na Cares RH pelo seu custo de aquisição. Até 31 de Dezembro de 2007 a participação encontrava-se valorizada pelo método da equivalência patrimonial.

b) O ajustamento no valor da carteira de títulos de rendimento fixo refere-se à correcção do custo de aquisição dos títulos de rendimento fixo, uma vez que de acordo com o novo PCES o reconhecimento dos juros deve ser efectuado de acordo com o método da taxa efectiva. Adicionalmente, reflecte o impacto da reclassificação de títulos da Carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a Carteira de activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

c) Efeito fiscal dos ajustamentos de transição, o qual foi registado em imposto diferidos e será reconhecido em imposto corrente durante um período de 5 anos.

d) O imóvel detido pela Companhia foi classificado como propriedade de investimento, sendo valorizado ao justo valor por contrapartida de resultados. Até 31 de Dezembro de 2007 este imóvel era valorizado ao justo valor por contrapartida de reservas. Neste sentido, as reservas de reavaliação em 31 de Dezembro de 2007 foram transferidas para resultados transitados e resultados do exercício, respectivamente, pelas valorizações registadas antes e após 1 de Janeiro de 2007 (Nota g).

Com referência a 1 de Janeiro de 2007, o único impacto resultante da transição para o novo regime contabilístico no capital próprio total da Companhia, corresponde à alteração na forma de valorização da participação financeira na Cares RH referida na alínea a) acima, que implicaria uma redução de 413.444 Euros no Capital próprio.

36. Acontecimentos Após a Data de Balanço

Entre 31 de Dezembro de 2008 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos relevantes tal como considerados na Norma Internacional de Contabilidade nº 10.

37. Outras Informações

Com o objectivo de facilitar a leitura das demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas notas adicionais face às obrigatórias, as quais se encontram detalhadas abaixo (Notas 38 a 41).

38. Depósitos Junto de Empresas Cedentes

A rubrica “Depósitos junto de empresas cedentes” corresponde a retenções efectuadas pelas diversas companhias cedentes de uma percentagem sobre os prémios de resseguro aceite pela Companhia. Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Depósitos junto de empresas cedentes		
Global – Companhia de Seguros, S.A.	1.102.343	983.385
A.M.A. – Agrupacion Mutual Aseguradora	8.471	55.667
	1.110.814	1.039.052

39. Outros Devedores

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Devedores por operações de seguro directo		
Recibos por cobrar		
Protecção Juridica	327	327
Assistência	2,969	12,568
Reembolso de sinistros	78,623	99,247
Total devedores por operações de seguro directo	81,919	112,142
Devedores por operações de resseguro		
Outros devedores	913,047	732,998
Resseguradores	5,518,460	5,450,436
Total devedores por operações de resseguro	6,431,507	6,183,433
Devedores por outras operações		
Operações de bolsa a liquidar	1,912,602	44,863
Outros	205,849	15,238
Total devedores por outras operações	2,118,451	60,101

A rubrica “Devedores por operações de resseguro” corresponde a contas correntes tituladas em nome das companhias cedentes, utilizadas para a liquidação dos prémios de resseguro aceite.

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a rubrica “Operações de bolsa a liquidar” refere-se a operações de alienação de títulos realizadas no final de Dezembro de 2008 e de 2007, com liquidação financeira em Janeiro de 2009 e de 2008, respectivamente.

40. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica de acréscimos e diferimentos do activo apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber de depósitos de resseguro aceite	43,974	12,387
Custos diferidos		
Licenças de software	25,710	26,376
Seguros	11,801	10,629
Rendas e alugueres	18,661	18,206
Outros	4,994	7,604
Total custos diferidos	61,166	62,815
Total acréscimos e diferimentos activos	105,140	75,202

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2008	2007
Provisão para férias e subsídio de férias (Nota 3. h))	301,166	271,473
Prémios a pagar a colaboradores	147,500	77,000
Encargos com pré-reformas a utilizar (Nota 23)	-	158,911
Outros	81,024	42,783
	529,690	550,167

41. Outros Credores

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2008	2007
Contas a pagar por operações de seguro directo:		
Contas relativas à cobrança de comissões	-	8,043
Comissões a pagar a mediadores	468	1,321
Estornos a pagar	-	309
	468	9,673
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Conta correntes	9,137	2,418
Contas a pagar por outras operações:		
Credores diversos - empresas do grupo:	-	85,505
Credores diversos – outros credores:	363,205	346,011
	363,205	431,516
	372,810	443,607

4. Inventário de Títulos e Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008

Inventário de Títulos e Participações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2008

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade/ Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço	Periodificação de juros	Valor de balanço total
1 TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS								
1.1 Nacionais								
1.1.1 Partes de capital em empresas do grupo								
1.1.1 CARES RH - COMP. ASSIST. E REP. DE SEGUROS, S.A.	5,000	10.00	85.88	429,386	85.88	429,386	-	429,386
1.1.1	5,000			429,386		429,386	-	429,386
1.1.2 Obrigações empresas do grupo								
1.1.2	-			-		-	-	-
1.1.4 Partes de capital em empresas associadas								
1.1.4	-			-		-	-	-
1.1	5,000			429,386		429,386	-	429,386
1	5,000			429,386		429,386	-	429,386
2 OUTROS TÍTULOS								
2.1 Nacionais								
2.1.1 Títulos de rendimento fixo								
2.1.1.1 De dívida pública								
2.1.1.1	-			-		-	-	-
2.1.1.2 De outros emissores Públicos								
2.1.1.2	-			-		-	-	-
2.1.1.3 De outros emissores								
2.1.1.3	-			-		-	-	-
2.1.2 Títulos de rendimento variável								
2.1.2.1 Acções								
2.1.2.1	-			-		-	-	-
2.1.2.2	-			-		-	-	-
2.1.2.3 Unidades de participação em fundos investimento								
2.1.2.3 LUSIMOVEST, FI	1,624		50.35	81,762	68.46	111,176		111,176
2.1.2.3 SAUDEINVEST (FI)	200		1000.00	200,000	1017.02	203,405		203,405
2.1.2.3	1,824			281,762		314,581	-	314,581
2.1.2.4 Outros								
2.1.2.4	-			-		-	-	-
2.1.2	1,824			281,762		314,581	-	314,581
2.1	1,824			281,762		314,581	-	314,581
2.2 Estrangeiros								
2.2.1 Títulos de rendimento fixo								
2.2.1.1 De dívida pública								
2.2.1.1 BGB, 4%, 28/03/2017, GOVT	676,000	96.80		654,352	101.84	688,438	20,595	709,033
2.2.1.1 BKQ, 4%, 10/09/2010, GOVT	194,000	102.33		198,523	103.57	200,926	2,381	203,307
2.2.1.1 BTPS, 2.75%, 15/06/2010, GOVT	60,000	98.06		58,834	100.15	60,087	73	60,160
2.2.1.1 BTPS, 3%, 01/02/2009, GOVT	250,000	99.87		249,682	99.99	249,963	3,098	253,060
2.2.1.1 DBR, 4%, 04/01/2037, GOVT	1,615,000	92.12		1,487,789	107.25	1,732,007	63,894	1,795,901
2.2.1.1 DBR, 4.75%, 04/07/2034, GOVT	300,000	104.23		312,702	115.36	346,065	7,027	353,092
2.2.1.1 FRTR, 4.25%, 25/10/2017, GOVT	1,089,000	100.58		1,095,302	106.92	1,164,359	8,496	1,172,854
2.2.1.1 FRTR, 4.25%, 25/10/2023, GOVT	777,000	95.78		744,232	106.46	827,155	6,062	833,217
2.2.1.1 GGB, 3.7%, 20/07/2015, GOVT	839,000	97.01		813,901	93.61	785,388	13,948	799,336

Inventário de Títulos e Participações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2008

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade/ Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço	Periodificação de juros	Valor de balanço total
2.2.1.1 GGB, 4.6%, 20/05/2013, GOVT	753,000	101.21		762,143	99.02	745,583	21,352	766,935
2.2.1.1 OBL, 3.5%, 08/04/2011, GOVT	30,000	98.63		29,588	103.75	31,125	768	31,893
2.2.1.1 OBL, 4%, 13/04/2012, GOVT	258,000	99.25		256,056	105.70	272,706	7,408	280,114
2.2.1.1 RAGB, 3.5%, 15/09/2021, GOVT	308,000	90.66		279,247	95.28	293,447	3,160	296,607
2.2.1.1 REPHUN, 4%, 27/09/2010, GOVT	177,000	99.46		176,046	91.78	162,451	1,843	164,293
2.2.1.1	7,326,000			7,118,399		7,559,699	160,104	7,719,803
2.2.1.2 De outros emissores públicos								
2.2.1.2								
2.2.1.2	-			-		-	-	-
2.2.1.3 De outros emissores								
2.2.1.3 ABN AMRO, FRN, 08/06/2015, CORP, CALL)	110,000	102.93		113,219	75.00	82,500	275	82,775
2.2.1.3 ALLIANCE & LEICESTER, FRN, 20/06/2012, CORP	110,000	101.65		111,819	92.38	101,618	89	101,706
2.2.1.3 ALLIANCE & LEICESTER, FRN, 21/09/2010, CORP	50,000	101.00		50,500	92.84	46,421	40	46,461
2.2.1.3 ALLIED IRISH BANKS, FRN, 10/05/2010, CORP	100,000	100.83		100,827	95.68	95,681	665	96,346
2.2.1.3 ALLIED IRISH BKS, FRN, 15/09/2011, CORP	200,000	100.45		200,900	95.19	190,375	303	190,678
2.2.1.3 ANGLO IRISH BANK, FRN, 19/06/2017, CORP, CALL)	70,000	100.06		70,040	48.78	34,149	79	34,229
2.2.1.3 ANZ BANK, 4.375%, 24/05/2012, CORP	32,000	98.62		31,559	93.80	30,015	848	30,863
2.2.1.3 ANZ BANK, 4.45%, 05/02/2015, CORP, CALL)	237,000	100.27		237,635	94.48	223,922	9,509	233,431
2.2.1.3 BANCA DELLE MARCHE, FRN, 11/02/2009, CORP	150,000	100.00		149,993	99.81	149,714	974	150,688
2.2.1.3 BANCA INTESA, 6.25%, 01/03/2010, CORP	60,000	101.67		61,002	101.78	61,067	3,134	64,200
2.2.1.3 BANCA INTESA, FRN, 11/04/2013, CORP	100,000	100.67		100,666	91.89	91,885	1,222	93,107
2.2.1.3 BANCO BPI CAYMAN, FRN, 09/03/2009, CORP	150,000	100.10		150,145	99.74	149,603	335	149,937
2.2.1.3 BANCO PASTOR, FRN, 21/01/2010, CORP	100,000	100.91		100,905	96.53	96,529	1,029	97,557
2.2.1.3 BANCO SABADELL, FRN, 20/09/2010, CORP	100,000	101.02		101,023	94.96	94,956	81	95,037
2.2.1.3 BANCO SABADELL, FRN, 26/10/2011, CORP	100,000	100.42		100,424	94.86	94,864	911	95,775
2.2.1.3 BANIF, FRN, 22/05/2012, CORP	100,000	99.82		99,824	86.12	86,120	474	86,594
2.2.1.3 BANK OF AMERICA, FRN, 12/09/2013, CORP	200,000	100.37		200,742	81.50	163,000	372	163,372
2.2.1.3 BANK OF IRELAND, FRN, 26/09/2011, CORP	50,000	100.41		50,205	94.77	47,386	9	47,395
2.2.1.3 BANKINTER, FRN, 21/06/2012, CORP	100,000	100.00		99,999	90.19	90,194	91	90,284
2.2.1.3 BANQUO, FRN, 28/10/2010, CORP	49,000	96.84		47,453	39.47	19,339	401	19,740
2.2.1.3 BBWA, 4.5%, 12/11/2015, CORP, CALL)	200,000	99.91		199,818	92.54	185,086	1,208	186,294
2.2.1.3 BCP FINANCE BANK, FRN, 14/10/2009, CORP	100,000	100.96		100,962	98.44	98,439	1,198	99,638
2.2.1.3 BCP FINANCE BANK, FRN, 20/10/2009, CORP	100,000	100.19		100,194	98.39	98,387	1,038	99,425
2.2.1.3 BCP FINANCE BANK, FRN, 21/12/2016, CORP, CALL)	100,000	100.92		100,924	76.66	76,662	86	76,747
2.2.1.3 BELGELEC FINANCE, 5.875%, 13/10/2009, CORP	121,000	100.85		122,033	100.63	121,757	1,539	123,296
2.2.1.3 BELGELEC FINANCE, FRN, 03/05/2011, CORP	150,000	99.43		149,149	98.90	148,346	1,189	149,535
2.2.1.3 BES FINANCE, FRN 08/10/2009, CORP	50,000	100.90		50,448	98.48	49,238	646	49,884
2.2.1.3 BES FINANCE, FRN, 21/04/2011, CORP	70,000	101.52		71,065	91.31	63,916	724	64,640
2.2.1.3 BES, FRN, 08/05/2013, CORP	50,000	99.99		49,995	91.88	45,938	334	46,272
2.2.1.3 BHP, 4.375%, 26/02/2014, CORP	50,000	96.90		48,452	94.46	47,230	1,847	49,076
2.2.1.3 BMW FINANCE, 4.25%, 22/01/2014, CORP	258,000	97.02		250,319	94.51	243,846	10,306	254,152
2.2.1.3 BNP PARIBAS, 3.125%, 06/12/2015, CORP, CALL)	130,000	97.70		127,013	92.20	119,856	278	120,134
2.2.1.3 BPI, FRN, 15/04/2009, CORP	128,000	100.34		128,431	98.84	126,521	1,504	128,025
2.2.1.3 BPU BANCA, FRN, 26/01/2009, CORP	50,000	100.02		50,010	99.70	49,849	455	50,304
2.2.1.3 BPU BANCA, FRN, 30/10/2018, CORP, CALL)	100,000	101.12		101,125	78.51	78,510	923	79,433
2.2.1.3 CAJA MEDITERRANEO, FRN, 03/02/2011, CORP	100,000	100.05		100,046	85.22	85,219	797	86,015
2.2.1.3 CAJA ZARAGOZA, FRN, 03/02/2009, CORP	100,000	100.09		100,091	99.30	99,301	788	100,090
2.2.1.3 CAJAMM, FRN, 01/03/2018, CORP, CALL)	200,000	101.29		202,587	70.60	141,200	683	141,883
2.2.1.3 CAM INTERNATIONAL, FRN, 26/04/2017, CORP	50,000	100.13		50,065	45.65	22,824	471	23,296
2.2.1.3 CARREFOUR, 6.125%, 26/05/2010, CORP	210,000	101.75		213,680	102.59	215,441	7,718	223,159
2.2.1.3 CELF 2007-1X B, FRN, 03/05/2023, MTGE	100,000	100.13		100,125	98.39	98,385	841	99,226
2.2.1.3 CEMG-CAYMAN ISLAND, FRN, 19/09/2011, CORP	250,000	100.33		250,827	91.21	228,025	284	228,309
2.2.1.3 CHELSEA BLDG, FRN, 28/09/2009, CORP	75,000	100.75		75,566	98.54	73,907	13	73,920
2.2.1.3 CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL)	150,000	99.50		149,245	77.98	116,972	4,177	121,149

Inventário de Títulos e Participações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2008

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade/ Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço	Periodificação de juros	Valor de balanço total
2.2.1.3 CITIGROUP, FRN, 03/06/2011, CORP	80,000	101.53		81,227	87.15	69,718	249	69,967
2.2.1.3 COMMERZBANK, 4.125%, 13/09/2016, CORP	200,000	98.61		197,225	87.18	174,356	2,418	176,774
2.2.1.3 COVENTRY BLDG, FRN, 11/05/2010, CORP	100,000	100.76		100,757	96.22	96,220	635	96,856
2.2.1.3 CREDITO EMILIANO, FRN, 05/08/2010, CORP	150,000	99.48		149,214	97.38	146,072	1,139	147,211
2.2.1.3 CREDITO EMILIANO, FRN, 23/03/2009, CORP	50,000	99.96		49,982	99.40	49,702	35	49,737
2.2.1.3 CRSM 9 A2, FRN, 13/11/2047, MTGE	146,467	101.81		149,121	97.23	142,408	230	142,638
2.2.1.3 DAIMLER, 6.125%, 08/09/2015, CORP	100,000	99.34		99,339	92.68	92,678	1,963	94,641
2.2.1.3 DANSKE BANK, 5.125%, 12/11/2012, CORP, CALL)	230,000	101.83		234,204	94.19	216,648	1,582	218,230
2.2.1.3 DEUT TELEKOM INT FIN, 6.625%, 06/07/2010, CORP, EST)	159,000	102.48		162,938	101.95	162,105	5,137	167,242
2.2.1.3 DNBK, FRN, 16/01/2014, CORP	200,000	100.27		200,542	92.67	185,337	2,263	187,601
2.2.1.3 DNBK, FRN, 30/05/2017, CORP, CALL)	250,000	101.31		253,285	80.80	202,003	878	202,881
2.2.1.3 E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP	50,000	99.64		49,822	102.29	51,146	820	51,966
2.2.1.3 EFG HELLAS, FRN, 08/06/2017, CORP, CALL)	50,000	101.06		50,528	66.53	33,263	127	33,390
2.2.1.3 EFG HELLAS, FRN, 28/03/2012, CORP	50,000	100.13		50,065	88.88	44,442	9	44,450
2.2.1.3 ENBW, 5.875%, 28/02/2012, CORP	42,000	102.87		43,206	103.66	43,538	2,070	45,608
2.2.1.3 ENDESA CAPITAL, FRN, 22/11/2011, CORP	150,000	100.12		150,180	97.14	145,709	656	146,365
2.2.1.3 ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP	150,000	100.29		150,441	89.72	134,576	4,186	138,761
2.2.1.3 ENEL, FRN, 20/06/2014, CORP	150,000	99.87		149,799	88.00	132,000	125	132,125
2.2.1.3 EUROCC VII-X A, FRN, 04/04/2023, MTGE	100,000	100.03		100,029	81.56	81,560	1,376	82,936
2.2.1.3 FINANCE FOR DANISH IND, FRN, 03/11/2009, CORP	100,000	99.63		99,631	97.53	97,531	821	98,352
2.2.1.3 FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL	150,000	95.13		142,702	79.27	118,905	4,943	123,848
2.2.1.3 FORTIS BANK, FRN, 17/01/2017, CORP, CALL)	200,000	100.74		201,482	74.50	149,000	2,258	151,258
2.2.1.3 FRANCE TELECOM, 4.375%, 21/02/2012, CORP	250,000	98.12		245,291	99.87	249,683	9,384	259,066
2.2.1.3 FRANCE TELECOM, 4.625%, 23/01/2012, CORP	25,000	98.89		24,722	100.90	25,226	1,084	26,310
2.2.1.3 GAZPROM, 5.364%, 31/10/2014, CORP	50,000	98.85		49,426	62.25	31,125	448	31,573
2.2.1.3 GE CAPITAL FNDNG, 4.75%, 28/09/2012, CORP	320,000	100.19		320,598	98.20	314,250	3,915	318,164
2.2.1.3 GE CAPITAL FNDNG, 5.875%, 16/01/2018, CORP	50,000	99.74		49,868	89.95	44,974	2,809	47,783
2.2.1.3 GE CAPITAL FNDNG, FRN, 22/02/2016, CORP	350,000	100.34		351,205	76.00	266,000	1,520	267,520
2.2.1.3 GRAN MORTGAGES 2004-3 2A2, FRN, 20/09/2044, MTGE	15,898	105.21		16,727	99.27	15,782	13	15,795
2.2.1.3 HARBM 9X B, FRN, 08/05/2023, MTGE	100,000	101.89		101,893	85.43	85,432	1,058	86,489
2.2.1.3 HBOS, 4.125%, 06/02/2012, CORP	50,000	98.08		49,040	94.89	47,445	1,854	49,299
2.2.1.3 HBOS, FRN, 01/09/2016, CORP	50,000	102.76		51,382	73.49	36,743	174	36,917
2.2.1.3 HERME 10 A, FRN, 18/09/2039, MTGE	87,206	102.85		89,688	94.01	81,978	105	82,083
2.2.1.3 HSBC, FRN, 14/09/2010, CORP	150,000	100.98		151,471	86.00	129,000	235	129,235
2.2.1.3 HYPO REAL ESTATE BANK, FRN, 24/05/2011, CORP	200,000	100.36		200,718	48.75	97,500	879	98,379
2.2.1.3 ING BANK, 4.625%, 15/03/2019, CORP, CALL)	280,000	98.98		277,134	85.73	240,041	10,325	250,366
2.2.1.3 ING BANK, FRN, 18/03/2016, CORP, CALL)	200,000	101.38		202,766	78.51	157,018	244	157,262
2.2.1.3 ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP	100,000	101.32		101,316	75.07	75,065	1,227	76,292
2.2.1.3 JOHNSON & JOHNSON, 4.75%, 06/11/2019, CORP	50,000	99.39		49,693	102.49	51,247	358	51,605
2.2.1.3 LANDSBANKI ISLAND, FRN, 18/05/2012, CORP, INCUMP)	50,000	99.63		49,816	3.00	1,500	-	1,500
2.2.1.3 LEHMAN BROTHERS HLDG, FRN, 20/07/2012, CORP, INCUMP)	140,000	99.97		139,964	9.66	13,525	-	13,525
2.2.1.3 MALIN 2007-1X D, FRN, 07/05/2023, MTGE	100,000	100.39		100,386	15.00	15,000	902	15,902
2.2.1.3 MERRILL LYNCH, FRN, 31/01/2014, CORP	150,000	99.41		149,113	75.51	113,265	1,293	114,558
2.2.1.3 METRO AG, FRN, 08/09/2010, CORP	150,000	100.41		150,613	99.79	149,683	377	150,059
2.2.1.3 MORGAN STANLEY, FRN, 29/11/2013, CORP	240,000	100.07		240,173	69.99	167,981	836	168,817
2.2.1.3 NATIONWIDE BLDG, 3.725%, 17/08/2015, CORP, CALL)	289,000	98.33		284,176	85.33	246,589	3,634	250,224
2.2.1.3 NATIONWIDE BLDG, FRN, 22/12/2016, CORP, CALL)	50,000	100.86		50,430	77.93	38,965	42	39,007
2.2.1.3 NATIXIS, FRN, 14/05/2019, CORP, CALL)	250,000	97.76		244,390	76.79	191,968	7,120	199,087
2.2.1.3 NATL GRID, FRN, 18/01/2012, CORP	150,000	100.34		150,507	89.00	133,500	1,632	135,132
2.2.1.3 NGGLN, 4.125%, 21/03/2013, CORP	150,000	96.46		144,692	91.64	137,454	4,831	142,285
2.2.1.3 NYKREDIT, FRN, 20/09/2013, CORP	100,000	101.07		101,068	85.57	85,573	84	85,656
2.2.1.3 OHECP 2007-1X B, FRN, 15/08/2023, MTGE	100,000	100.32		100,319	45.70	45,700	2,149	47,849
2.2.1.3 OHECP 2007-1X C1, FRN, 15/08/2023, MTGE	100,000	99.48		99,484	34.42	34,420	2,226	36,646
2.2.1.3 PEUGEOT, FRN, 28/09/2010, CORP	50,000	101.03		50,517	95.25	47,623	9	47,632

Inventário de Títulos e Participações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2008

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade/ Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço	Periodificação de juros	Valor de balanço total
2.2.1.3 PORTMAN BLDG, FRN, 02/08/2010, CORP	100,000	100.25		100,249	96.92	96,918	788	97,707
2.2.1.3 PROCTER & GAMBLE, 4.5%, 12/05/2014, CORP	50,000	97.99		48,994	100.65	50,325	1,436	51,761
2.2.1.3 RAIFF ZENTRALBK, 4.75%, 15/06/2012, CORP	150,000	99.66		149,496	98.99	148,481	3,885	152,365
2.2.1.3 REPSOL INTL FINANCE, FRN, 16/02/2012, CORP	150,000	100.06		150,092	90.65	135,976	851	136,826
2.2.1.3 RHIPO 8 B, FRN, 19/01/2044, MTGE	200,000	101.01		202,017	78.98	157,955	2,136	160,091
2.2.1.3 SAN PAOLO IMI, FRN, 28/06/2016, CORP, CALL	140,000	102.15		143,009	82.00	114,800	26	114,826
2.2.1.3 SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP, CALL	50,000	100.38		50,190	73.91	36,956	251	37,207
2.2.1.3 SANTANDER INTL DEBT, 3.375%, 17/02/2010, CORP	100,000	98.54		98,535	98.85	98,854	2,932	101,786
2.2.1.3 SANTANDER INTL DEBT, FRN, 30/01/2012, CORP	50,000	100.23		50,115	92.85	46,427	429	46,855
2.2.1.3 SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL	200,000	97.36		194,718	82.62	165,242	2,268	167,510
2.2.1.3 SCHNEIDER ELECTRIC, FRN, 18/07/2011, CORP	100,000	100.08		100,080	96.52	96,523	1,058	97,581
2.2.1.3 SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP	50,000	98.01		49,005	99.71	49,856	1,400	51,256
2.2.1.3 SHIELD 1B, FRN, 20/01/2014, MTGE	200,000	101.36		202,729	77.43	154,868	2,144	157,012
2.2.1.3 SIENA 2002 - 3 A2, FRN, 15/11/2037, MTGE	31,740	106.78		33,891	96.65	30,675	178	30,853
2.2.1.3 SKANDINAV ENSKIL, FRN, 28/09/2017, CORP, CALL	70,000	100.32		70,223	75.51	52,860	13	52,873
2.2.1.3 SKANDINAV ENSKILDA, 4.125%, 28/05/2015, CORP, CALL	237,000	100.59		238,404	95.86	227,195	5,812	233,007
2.2.1.3 SNS BANK NEDERLAND, FRN, 06/10/2011, CORP	100,000	102.17		102,171	88.99	88,992	1,321	90,313
2.2.1.3 SNS BANK, 6.125%, 07/04/2010, CORP	150,000	101.70		152,544	98.33	147,489	6,746	154,235
2.2.1.3 ST GOBAIN, FRN, 11/04/2012, CORP	100,000	100.14		100,144	79.90	79,898	1,270	81,168
2.2.1.3 SVENSKA HANDELSBANKEN, FRN, 19/10/2017, CORP, CALL	200,000	101.46		202,921	78.49	156,976	2,116	159,092
2.2.1.3 SYDBANK, FRN, 01/06/2011, CORP	100,000	100.02		100,025	97.90	97,896	332	98,227
2.2.1.3 TELECOM ITALIA, 6.25%, 01/02/2012, CORP	118,000	102.89		121,413	95.74	112,972	6,730	119,702
2.2.1.3 TELECOM ITALIA, FRN, 06/12/2012, CORP, CALL	200,000	99.77		199,548	78.68	157,368	537	157,905
2.2.1.3 TELEFONICA, 5.125%, 14/02/2013, CORP	124,000	100.04		124,045	99.44	123,311	5,574	128,884
2.2.1.3 UBS, 4.5%, 16/09/2019, CORP, CALL	233,000	98.03		228,402	75.38	175,638	3,045	178,683
2.2.1.3 WATTENFALL TREASURY, 6%, 31/03/2010, CORP	157,000	101.45		159,281	102.74	161,301	7,097	168,398
2.2.1.3 VIVENDI UNIVERSAL, 3.875%, 15/02/2012, CORP	65,000	96.22		62,545	94.04	61,125	2,202	63,328
2.2.1.3 VODAFONE GROUP, FRN, 05/09/2013, CORP	200,000	100.45		200,893	85.00	170,000	613	170,613
2.2.1.3 VOLKSWAGEN BANK, FRN, 27/06/2011, CORP	100,000	100.13		100,130	83.56	83,564	17	83,581
2.2.1.3 VOLKSWAGEN LEASING, 4.125%, 31/05/2011, CORP	258,000	98.36		253,765	99.01	255,456	6,240	261,696
2.2.1.3 UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 12 (131), FRN, 16/10/2013, CORP	570,000	90.76		517,326	75.89	432,567		432,567
2.2.1.3	16,868,310			16,832,252		14,492,820	224,016	14,716,837
2.2.1	24,194,310			23,950,651		22,052,519	384,120	22,436,640
2.2.2 Titulos de rendimento variável								
2.2.2.1 Acções								
2.2.2.1 CONTINENTAL, GY	676		92.86	62,776	72.50	49,010		49,010
2.2.2.1 GDF (EX. SUEZ), FP	3,780		39.94	150,973	34.59	130,750		130,750
2.2.2.1	4,456			213,748		179,760	-	179,760
2.2.2.3 Unidades de participação em fundos investimento								
2.2.2.3	-			-		-	-	-
2.2.2	4,456			213,748		179,760	-	179,760
2.2	24,198,766			24,164,399		22,232,280	384,120	22,616,400
2	24,200,590			24,446,162		22,546,861	384,120	22,930,981
3 TOTAL GERAL	24,205,590			24,875,548		22,976,247	384,120	23,360,367

5. Relatório e Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal das Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da
Cares – Companhia de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Cares – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Companhia, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Companhia as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, a Conta de ganhos e perdas e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respectivo Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2008 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui uma reserva e um ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 4, e após considerar o assunto descrito no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Companhia o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 13 de Março de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Cares – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 49.433.391 Euros e capitais próprios de 10.610.089 Euros, incluindo um resultado líquido de 430.755 Euros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração das variações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. As conclusões do Relatório do Actuário Responsável da Companhia apontam para a existência de um excesso da provisão para sinistros registada nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2008 que poderá ascender a aproximadamente 4.500.000 Euros (1.700.000 Euros, aproximadamente, em 31 de Dezembro de 2007).

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cares – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador (Nota 3).

Ênfase

6. Conforme divulgado na Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras, em 2008 a Companhia aplicou pela primeira vez os princípios estabelecidos no novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Novo PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP). Este normativo corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguro”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Até 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma nº 7/94, de 27 de Abril, do ISP, e outras disposições desta entidade. No processo de transição para o Novo PCES, a Companhia seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 – “Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2007. Consequentemente, a informação financeira referente àquela data e ao exercício de 2007 foi reexpressa para o Novo PCES para efeitos de comparabilidade. As divulgações relativas ao impacto de transição são apresentadas na Nota 35.

Lisboa, 13 de Março de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

CARES - Companhia de Seguros, S.A.

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**